



- 3 Dez Anos da Construção de Uma Sociedade Íntegra na RAEM
- 9 Seminário sobre “Actualidade e perspectivas da prevenção e combate à corrupção no sector privado”
- 11 Divulgação da Lei de “Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado”

## MENSAGEM DO COMISSÁRIO

O 10.º aniversário do regresso de Macau à Pátria é também o 10.º aniversário do estabelecimento do Comissariado contra a Corrupção de Macau. Nos mandatos de uma década, pude testemunhar, com toda a população, o progresso e o desenvolvimento da construção de uma sociedade íntegra em Macau. E o que mais me impressiona é a esperança dos cidadãos no combate à corrupção e o apoio dos diversos sectores sociais ao nosso trabalho, bem como o entusiasmo e a dedicação dos colegas do CCAC.

Ao longo de dez anos, sob a estratégia de “campanha anti-corrupção”, “prevenção”, “promoção de actos normativos” e “educação”, o CCAC desenvolveu os seus trabalhos continuamente e num passo firme. No início, apenas tinha cerca de uma dezena de investigadores com equipamentos simples e primários. Com o seu desenvolvimento, tem, actualmente, uma organização e dotação de pessoal e instalações de apoio mais completas, conseguindo melhores instrumentos jurídicos, nomeadamente no referente às competências de organização, âmbito de supervisão e declaração de rendimentos e interesses patrimoniais. Ao longo dos vários anos, nas áreas de investigação contra a corrupção, de provedoria de justiça e de pesquisa de regimes e de funcionamento, o CCAC conseguiu resultados e ganhou grande experiência. Em relação à sensibilização, as acções para a generalização do sentido de integridade deram lugar, gradualmente, a acções sistematizadas e com temas escolhidos de acordo com a especificidade dos destinatários. Os vários sectores sociais valorizam a construção do conceito de integridade e, nos últimos anos, o número de participantes em palestras realizadas pelo CCAC cresceu, atingindo anualmente cerca de 30.000. Para além disso, instalaram-se as delegações do CCAC na Areia Preta e na Taipa, que facultam uma via conveniente para os cidadãos fazerem participações e pedidos de consulta, reforçando também a ligação com a comunidade e a sensibilização.

Hoje em dia, a corrupção e a fraude flagrantes estão já controladas. Nas avaliações do grau de integridade feitas por instituições internacionais, a RAEM mantém-se como uma das regiões mais transparentes da Ásia-Pacífico. O inquérito realizado por uma instituição académica a pedido do CCAC também mostra que cerca de 80% dos cidadãos apoiam os trabalhos desenvolvidos. Nos últimos anos, tem havido cada vez mais participações com identificação dos queixosos, mostrando a confiança dos cidadãos no CCAC. Estes resultados resultam do apoio da sociedade e dos esforços dos nossos colegas.

A lei de Prevenção e Repressão contra a Corrupção no Sector Privado entrará em vigor em Março do próximo ano. Não só promove a construção de um regime de supervisão mais completo, mas também significa que o CCAC enfrentará mais desafios. Espero que toda a sociedade continue dar apoio aos trabalhos desenvolvidos pelo CCAC e que os nossos colegas elevem, de forma permanente, as suas capacidades profissionais, contribuindo ainda mais, com persistência e firmeza, para uma sociedade íntegra.

O meu mandato como o Comissário contra a Corrupção chega ao fim. Para além de avaliar os resultados e as insuficiências, agradeço sinceramente a todos os colegas do Comissariado contra a Corrupção que sempre exerceram as suas funções com imparcialidade e despretensão. Durante muito tempo, os elementos do CCAC trabalharam com grande pressão e falta de recursos humanos, esforçando-se por responder às expectativas da sociedade. Por isso, muito me orgulho deles. A par disso, agradeço a todos os cidadãos, à Assembleia Legislativa, aos serviços públicos e aos diversos sectores da sociedade, por darem o seu apoio aos trabalhos desenvolvidos pelo CCAC ao longo destes anos. A construção de uma sociedade íntegra só pode desenvolver-se com o apoio e o estímulo de todas as partes.

- 2 Mensagem do Comissário
- 3 Dez Anos da Construção de Uma Sociedade Íntegra na RAEM
- 6 Textos Escolhidos:  
“Improving government through investigations”, texto de André Marin
- 9 Seminário sobre “Actualidade e perspectivas da prevenção e combate à corrupção no sector privado”
- 11 Divulgação da Lei de “Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado”
- 12 Notícias do CCAC
- 17 Novidades
- 18 Legislação (Perguntas e Respostas)
- 19 Recortes de Jornais

Boletim do CCAC

Nº 32 – Dezembro de 2009

Edição: Comissariado contra a Corrupção

Coordenação: Departamento de Relações

Comunitárias do CCAC

Design e arranjo gráfico: EA Design

Impressão: EA Design

Tiragem: 2.000 exemplares

As sugestões e os pedidos de aquisição do

Boletim do CCAC devem ser dirigidos a:

Comissariado contra a Corrupção –

Departamento de Relações Comunitárias

Alameda Dr. Carlos d’Assumpção

Edif. Dynasty Plaza, 14º andar, Macau

Tel: (853)2832 6300

Fax: (853)2836 2336

<http://www.ccac.org.mo>

ISSN: 1682-8739

## DEZ ANOS DA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE ÍNTEGRA NA RAEM

Em 20 de Dezembro de 1999, data da criação da Região Administrativa Especialmente de Macau, foi criado o Comissariado contra a Corrupção, órgão de investigação independente.

Em Agosto de 2000, a Lei Orgânica do CCAC foi aprovada por unanimidade na AL. Ao CCAC foi atribuída competência para a detenção, busca, revista, apreensão e porte de armas de fogo, enquanto aos seus investigadores foi conferido o estatuto de polícia criminal. No mesmo mês, o Chefe do Executivo mandou publicar o regulamento administrativo sobre a “Organização e Funcionamento do Serviço do Comissariado contra a Corrupção”. Em contraste com o Alto Comissariado Contra a Corrupção e a Ilegalidade Administrativa – órgão responsável pelo combate à corrupção que funcionava antes do retorno de Macau à China e que contava apenas com oito investigadores, incluindo os Adjuntos do Alto Comissário, sem poderes de polícia criminal –, o então recém-criado CCAC surgia, sem dúvida, como uma instituição independente contra a corrupção que contava com o maior apoio político de sempre na região. O grande aumento dos seus poderes legais, do número dos seus efectivos e da sua dotação orçamental pôs em evidência a determinação do Governo da RAEM na repressão da corrupção e na promoção da integridade. Uma determinação que num prazo de apenas oito meses se materializou concreta e integralmente, quer em termos jurídicos quer em termos operacionais.

### Combate à corrupção e salvaguarda da integridade na Administração

No combate com rigor e severidade ao crime de corrupção, o CCAC vem prosseguindo uma estratégia vocacionada simultaneamente para quatro áreas, designadamente “campanha anti-corrupção”, “prevenção”, “promoção de actos legislativos” e “educação”. Ao longo dos anos, desmantelou vários grupos, de sectores diferentes, que praticavam corrupção organizada e descobriu um número significativo de casos em que houve suspeita de corrupção de grandes proporções ou estiveram envolvidos funcionários públicos indiciados por abuso de poder, uso de poder em proveito de interesse particular, burla e outras ilicitudes. Como resultado, a corrupção, que existira como um fenómeno generalizado, foi sendo gradualmente controlada, os cidadãos sentiram-se encorajados a lutar contra a corrupção e a disseminação de usos e costumes íntegros no tecido social ganhou impulso.

O estudo e reflexão sobre a experiência acumulada e a procura de melhorias da capacidade e técnicas de investigação foram constantes. Por outro lado, o CCAC participou activamente em actividades internacionais de interesse. Com vários países e regiões foram estabelecidos sistemas de prestação de assistência na investigação de casos, de modo a possibilitar acções conjuntas transfronteiriças de combate à corrupção organizada.

Enquanto empenhado na luta contra a corrupção, o CCAC esforçou-se por assegurar que as eleições na RAEM decorressem de forma justa e limpa. “Reforço na prevenção e firmeza no combate” foi a estratégia definida visando um combate eficaz à corrupção eleitoral e a outras ilicitudes praticadas no âmbito do recenseamento eleitoral e das eleições.

As eleições para a Assembleia Legislativa em 2001 foram consideradas limpas pela generalidade da população, dado que o CCAC promoveu, através de canais diversificados, amplas campanhas de sensibilização para eleições limpas e descobriu vários casos suspeitos de corrupção eleitoral. Já nas eleições legislativas em 2005, em que se assistiu a uma intensidade sem precedentes da disputa eleitoral, houve, de entre as listas de candidatura, quem se tenha arriscado a desafiar a lei. Foram descobertos vários casos de corrupção eleitoral e os arguidos envolvidos ultrapassaram os 700.

Relativamente às lacunas jurídicas que os referidos processos eleitorais puseram a descoberto, foram apresentadas ao Governo da RAEM propostas para revisão da lei eleitoral, com base num estudo detalhado. A iniciativa resultou em alterações importantes no diploma e que colocaram o CCAC em melhores condições para a detecção e repressão favorecendo ainda mais a consolidação da justiça e da credibilidade dos futuros actos eleitorais em Macau.

As eleições legislativas em 2009 foram, de acordo com a opinião pública, mais limpas em comparação com o processo eleitoral anterior. Houve 56 denúncias de irregularidades eleitorais e 9 pedidos de informação sobre assuntos eleitorais, diminuindo 40% e 70%, respectivamente. No dia de votação, todas as listas de candidatura se contiveram, não havendo irregularidades de nota nem acções de fraude eleitoral graves, ao contrário do que aconteceu há quatro anos atrás, quando o número elevado de irregularidades gerou fortes críticas.



## Desenvolvimento das funções da provedoria de justiça e promoção da legalidade administrativa

Fruto de vários anos de divulgação, as funções do CCAC na área da provedoria de justiça são cada vez mais conhecidas pelos cidadãos locais.

Ao longo do tempo, a Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça do CCAC aceitou queixas de cidadãos contra ilegalidades ou irregularidades administrativas e desenvolveu investigações independentes na promoção da defesa dos direitos, liberdades, garantias e interesse legítimos dos cidadãos. Por outro lado, empenhou-se em encontrar soluções para as ilegalidades ou irregularidades administrativas através do estabelecimento de uma comunicação bidireccional com os serviços públicos, bem como em desenvolver pesquisas de funcionamento e de regimes jurídicos de serviços públicos, conhecendo as opiniões e as dificuldades a nível de prática, com os olhos postos no aperfeiçoamento de procedimentos administrativos e na integração de lacunas eventualmente propícias à corrupção ou à fraude.

A DSPJ compreende o Departamento de Investigação e o Departamento de Pesquisa. O primeiro é responsável por aceitar e investigar as queixas de cidadãos contra a má administração e defender os seus direitos e interesses legítimos. Ao segundo compete desenvolver a pesquisa de funcionamento e a pesquisa de regimes jurídicos. A pesquisa de funcionamento, que se realiza a partir do pedido de cooperação do serviço interessado, consiste em ajudá-lo a identificar as imperfeições existentes e em apresentar ideias e sugestões de melhoria e reforma do seu funcionamento interno. O objectivo é o de procurar estabelecer critérios eficazes para a aplicação da lei, de modo a elevar a credibilidade dos serviços e salvaguardar a imagem de um Governo pautado pela legalidade administrativa. Por seu turno, a pesquisa de regimes jurídicos desenvolve-se essencialmente na sequência da detecção, no tratamento de casos, de disputas sobre ilegalidade ou irregularidade administrativas que têm origem em deficiências dos respectivos regimes. Estudam-se, de forma minuciosa, sistematizada e integrada, as “lacunas”, “desactualizações” e “desarticulações” de leis e regulamentos vigentes e formulam-se opiniões e sugestões de melhoria de regimes jurídicos. O que se pretende é melhorar a imagem do Governo da RAEM que aposta numa governação legal e eficaz orientada para a população, assim como suprir as lacunas propícias à corrupção do ponto de vista de regimes.



Actualmente, na área de provedoria de justiça, o CCAC recebe por ano mais de 200 queixas e participações e mais de 500 pedidos de consulta. Desde o retorno de Macau à China já foi desenvolvida cooperação, no âmbito da pesquisa de funcionamento, com a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, Serviços de Saúde, Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau, Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, Direcção dos Serviços de Identificação e Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais. No âmbito de pesquisa de regimes jurídicos, foram objecto de estudo lacunas, deficiências e discordâncias constatadas em regimes jurídicos vigentes e matérias constantemente visadas em queixas de cidadãos, tendo sido concluídos e entregues ao Governo da RAEM vários relatórios de pesquisa. Para além disso, apostando na promoção de uma cultura de gestão pautada pela integridade nos serviços públicos, o CCAC lançou as “Instruções sobre o procedimento de aquisição de bens e serviços”, as “Orientações para uma conduta íntegra dos trabalhadores da Administração Pública” e as “Propostas para elaboração do código de integridade para os serviços/instituições públicas”. E contou com a colaboração de todos os serviços na implementação do “Projecto para uma gestão íntegra”.

### Acções de sensibilização

A participação e a fiscalização dos cidadãos é indispensável para a obtenção de resultados na construção de uma sociedade íntegra. As acções para a generalização do sentido de integridade deram lugar, gradualmente, às acções sistematizadas e com temas escolhidos de acordo com a especificidade dos destinatários. Ao longo de muitos anos, esforços constantes foram envidados na área da sensibilização, estando assim criado um ambiente favorável à promoção da integridade social.

Desde o início da sua existência que o CCAC procurou difundir o sentido da integridade por meios acessíveis aos cidadãos e por canais diversificados. Foram promovidas acções comunitárias de sensibilização, publicado trimestralmente o



“Boletim do CCAC”, assegurada nos jornais a coluna periódica “Fórum Anti-Corrupção” e produzidas peças de teatro radiofónico e anúncios televisivos. Os destinatários foram desde funcionários públicos a estudantes, passando por associações e instituições privadas. Realizaram-se também acções concebidas atendendo às realidades de diferentes sectores. É o caso das palestras sobre a aquisição de bens e serviços destinadas aos funcionários públicos e dos *workshops* sobre integridade e “Sessões de intercâmbio sobre gestão íntegra” organizados para o pessoal de direcção e chefia dos serviços públicos. Com vista

ao reforço da formação de jovens honestos, foram lançados projectos como o “Programa de Educação para a Honestidade da Juventude” e a “Semana da Integridade”, assim como foi publicado material didáctico para o ensino primário, intitulado “Honestidade e Integridade”, e lançada, em 2009, a versão experimental de um outro material para o ensino secundário versando a formação moral.

Em resposta ao desenvolvimento social, a Delegação do CCAC na Areia Preta entrou em funcionamento em Dezembro de 2003, um sinal importante do empenhamento do CCAC em reforçar a sensibilização e expandir as relações comunitárias. A instalação da delegação permitiu não só facilitar aos cidadãos a apresentação de pedidos de consulta, queixas e participações, como também estabelecer contactos com as associações da zona e ouvi-las sobre a construção de uma sociedade íntegra. Na delegação foi aberto um “Paraíso da Integridade”, espaço dedicado à divulgação do sentido da honestidade e do cumprimento da lei junto dos alunos do ensino primário. Em Agosto de 2009, a Delegação do CCAC na Taipá começou a prestar serviços.

Desenvolver o intercâmbio e os contactos com o exterior foi também uma aposta, tendo por objectivo reforçar a cooperação com as instituições congéneres, participar em organismo internacionais de interesse e dar a conhecer ao exterior a construção de uma sociedade íntegra em Macau. O CCAC é membro fundador da Associação do Ombudsman Asiático e, actualmente, o Comissário é membro da direcção do Instituto Internacional de Ombudsman, tendo já exercido vários mandatos seguidos. Em Março de 2006, o CCAC declarou a adesão da RAEM à Iniciativa do ADB/OECD contra a Corrupção para a Ásia-Pacífico.

No quadro das LAG da RAEM, e no intuito de se assegurar a concretização dos objectivos definidos na “Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção”, a lei de “Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado”, que alargou a esfera da supervisão contra a corrupção ao sector privado, foi aprovada na especialidade pela Assembleia Legislativa a 4 de Agosto de 2009. O diploma, que entrará em vigor no dia 1 de Março de 2010, representa um contributo para o aperfeiçoamento dos mecanismos de supervisão visando uma sociedade íntegra em Macau e para a generalização de usos e costumes íntegros na região a níveis mais abrangentes.

Hoje em dia, a situação da integridade social em Macau está visivelmente melhor em relação ao tempo anterior ao retorno da região à China. No “Índice de Percepção da Corrupção 2009” publicado pela Transparência Internacional, a RAEM, com 5,3 pontos, ocupou o 9.º lugar numa lista de 32 países e regiões da Ásia-Pacífico. Já no relatório sobre o “Índice de Tendências de Corrupção na Ásia”, referente a 2008, publicado pela Political & Economic Risk Consultancy, Macau, com 3,3 pontos, foi o quarto melhor classificado de entre os 13 países e regiões asiáticos aí analisados. Há ainda a referir que, de acordo com um inquérito realizado em 2009 por uma instituição académica a pedido do CCAC, os cidadãos deram 65 pontos ao seu desempenho, uma classificação muito melhor relativamente aos 45 pontos atribuídos em 2000, enquanto 80% da população declarou apoio à actividade desta instituição. Tudo indica que, em resultado de vários anos de esforço, a construção de uma sociedade íntegra em Macau avançou progressivamente, contando com o apoio da generalidade da população local.

Ao longo dos dez anos, o CCAC, como um empreendedor e lutador, traçou um percurso invulgar. O Chefe do Executivo esteve duas vezes no CCAC, onde conversou cordialmente com todo o seu pessoal. Falou sobre o desenvolvimento da RAEM, a construção económica e a consolidação do Estado de Direito, entre outras matérias, e exortou o pessoal a envidar esforços conjuntos e a ultrapassar as dificuldades, de modo a assegurar a concretização dos objectivos da acção governativa da RAEM no respeitante à integridade social.

Olhando para o futuro, promover a integridade social continuará a ser uma árdua responsabilidade e com um caminho longo e a exigir esforços conjugados de toda a sociedade. O CCAC prosseguirá o combate à corrupção e fraude e a defesa da justiça com despreensão e destemor, promovendo a construção de uma sociedade íntegra conjuntamente com toda a população local.

## IMPROVING GOVERNMENT THROUGH INVESTIGATIONS

André Marin<sup>1</sup>

It is an honour to have been invited to speak to you on this very important occasion. I've had the privilege of speaking to many other ombudsmen from around the world this year as we all mark the 200<sup>th</sup> anniversary of the first modern parliamentary Ombudsman. Conferences like this one give us not only a wonderful opportunity to reflect on how far ombudsmen have come since 1809 in Sweden, but to speak seriously and candidly about how we can keep our work fresh and vital in the future.



Some things about the job of the ombudsman have not changed much in 200 years. We are independent and impartial, and we help ordinary people who are having problems with their government. For most of us, our powers have also changed very little since those early days: We cannot force the government to follow our recommendations. We must achieve results by acting as the “conscience” of an institution, sharing our judgment about whether it is acting fairly and reasonably, and using moral suasion to convince those in authority to implement our recommendations.

There are good things about this approach. We establish a good relationship with government officials and assure them that we are all on the same side – working to improve public policy. Some ombudsmen are content to do all their work this way, resolving problems quietly behind the scenes, one complaint at a time, and publishing an annual report that gets the public's attention once a year.

The problem with this traditional model is that it means that you, as the ombudsman, have to limit yourself to working quietly in the background. You hope that your docile efforts will achieve an “angelic consensus” between all parties. Sometimes you will succeed, it's true. But you will be limiting your effectiveness, because if you are too focused on achieving consensus, you will tend to shy away from the hard, contentious problems – the very cases where your help is most needed. You will not only risk becoming invisible to the public – you may even be risking the existence of your office.

I say this because I have seen it first-hand. In Ontario, Canada, we have had an ombudsman's office since 1975. I was appointed as the Ombudsman of Ontario on the office's 30<sup>th</sup> anniversary, in 2005. But just before I began work in my new position, I learned that my office had been recommended for elimination. A group of bureaucrats had recommended that the Ombudsman's Office be shut down to save money. They believed the public would not miss it.

Fortunately, the government did not agree to this cost-cutting plan. But I did not want to trust the future of my office to good luck. I decided it was time to completely change the way the Office of the Ombudsman of Ontario worked, so that everyone – the public, the politicians and the bureaucrats, too – would once again understand the value of the service we provide.

When I arrived, I reorganized the Office to focus on hard cases instead of avoiding them; to bring serious, systemic complaints out into the light and investigate why the same problems kept coming back again and again.

We did not increase our budget by one penny, but we made a conscious decision to change our office's culture. Instead of working quietly, avoiding publicity and conflict at all costs, we would now serve the public as a proponent of good governance. When people complained to us about long-standing, persistent problems, we would use our powers of investigation and moral suasion to bring about long-lasting change. Instead of just helping one person at a time, we would aim for solutions that would benefit hundreds or thousands of people.

This is what I call “demonstrating your value.” But the value of the service that you provide also enhances the value of the government organizations that you investigate. My colleague from Canada, Professor Gilles Paquet of the University of Ottawa, has written that this is the ideal role for the ombudsman of the 21<sup>st</sup> century. At a conference in Montréal earlier this year, he urged us to be more than just the “complaints department” for government. He said we should tackle issues head-on and work to eradicate the root causes of the problems we find. In this way, he said, we would “become architects of better governance.”

<sup>1</sup> Discurso do Ombudsman do Ontário na 11.ª Conferência da Associação do Ombudsman Asiático, decorrida entre 2 e 5 de Novembro, em Banguecoque, Tailândia.

Our experience in Ontario has shown that this approach not only sounds good in theory – it works in practice.

In our office, I created a team of investigators dedicated to the series, systemic cases, called the Special Ombudsman Response Team, or SORT. Their job is, as Prof. Paquet might put it, to root out broad systemic problems and propose ways to eradicate them, thereby improving the service that people receive from their government. Some of you are already familiar with the SORT model: It's a small group of experienced investigators, and they work within tight deadlines on issues of significant public interest. They use formal investigative methods and techniques. Witnesses are interviewed in person, statements are tape-recorded, and documents are retrieved from the government as necessary. When the investigation is complete, I usually public my findings as a special report – and that gets public attention.

After an investigation, we always follow up. We require the organizations we investigate to report back to us on their progress in implementing our recommendations. We keep the pressure on, and if we think they aren't marking progress, we will re-investigate and re-report if necessary.

Our SORT investigations have inspired improvements that no amount of traditional behind-the-scenes diplomacy could have achieved. Several of the issues that SORT has tackled and resolved are the same ones that people had been complaining about for years. Sometimes the sharp end of the stick is needed to inspire movement on an issue.

For example, the first investigation that SORT did in 2005 involved a problem that previous ombudsman had tried to fix, without success. The complainants were families whose children were so severely disabled that the parents could not care for them at home. The children needed to be put into a medical facility full-time, but the government told the parents there was no money to pay for this. The only way was if the parents gave up custody of the children and surrendered them to the state – then the government would find the money to look after them. This was heartbreaking for these parents. They were being forced to give up their children and pretend that they were unfit mothers and fathers, when in truth, they were only trying to get the best possible care for their kids. With our brand-new SORT team, we conducted an investigation in just 30 days and issued a hard-hitting report, telling the families' heart-wrenching stories and exposing the government's actions to public light. The government immediately agreed to end this egregious practice, and about 60 families were helped.

But the real value of this investigation is still being felt today: In the past few months, we have had 24 new complaints that the same thing is happening again. We are working closely with senior government officials to nip this in the bud – and so far, no parent has been forced to surrender their child. The media are aware of what's going on and the government knows that we will launch a new investigation if necessary. It's good to see that an investigation from almost five years ago is still producing results.

Another small investigation that had huge results was our probe of infant screening – also in 2005. This involved medical testing of newborn babies – something that many countries do to detect diseases and disorders that can be prevented if the babies are treated right away. There were dozens of tests available to keep babies healthy – and some of the testing technology was developed in my home province of Ontario. But we found out that Ontario was only testing babies for two disorders – which meant that every year, 50 babies were dying or becoming severely disabled. After our investigation exposed that Ontario's testing regime was one of the worst in the world, the government committed to becoming one of the best in the world. We now do 29 tests on babies instead of two, meaning as many as 50 babies are being saved every year. I can't think of a better example of how our work improves governance than that.

In those cases, our investigations brought about significant changes to government practices. In another case, we brought about a change to the law. We investigated the government-run corporation that is in charge of property tax assessments on homes in Ontario. This corporation assesses how much your house is worth on a regular basis, and your taxes go up or down accordingly. We had hundreds of complaints about this corporation, that its assessments were completely unfair and that it was almost impossible to fight, because it controlled all the information about property values. We launched an investigation and received almost 4,000 complaints. We found that in fact the corporation was very unfair – it did not give sufficient explanation when it raised assessments, and it placed the onus on the homeowner to prove that the assessment was not accurate. Well, how can the average citizen prove that, when the government corporation has all the

information and refuses to share it? Our investigation persuaded the government that the system was so flawed, it should be shut down for two years so our recommendations could be implemented. And on our recommendation, the government changed the law to place the onus on the corporation to prove that its assessments are accurate – not on the homeowner to prove they are wrong. That is fairness, and it affects millions of property owners in Ontario.

We have done nearly two dozen SORT investigations since 2005, so time does not permit me to talk about them all. But I do want to mention one more, and that is our most famous investigation: The investigation of the Ontario lottery system. In our province, the government controls all gambling, including lotteries, and the lotteries alone bring in billions of dollars in revenues for the government every year, which it uses for public works, such as hospitals and roads. But we discovered that a lot of the people who sold lottery tickets were stealing winning tickets from their customers and claiming the prizes for themselves. The government-run lottery corporation knew this was a problem but turned a blind eye to it because they didn't want bad publicity. So what if a few people were being cheated – you pay your money and you take your chances, right? But for me, this was not an issue of money, it was an issue of public trust. I realized that if people could not trust the government-run lottery, they would stop playing – and that would mean the government would lose revenue and important public projects would suffer.

Our report came out in 2007, exposing the weaknesses in the lottery system, and the government responded by making sweeping changes. If you play the lottery in Ontario today, you have to sign your ticket so it can't be stolen. There are new machines that allow you to check your own ticket instead of asking the vendor to tell you if you won a prize. There's a whole new system of regulation, all recommended by our office. It is much more secure.

But the story doesn't end there. This past winter, the lottery corporation did a further investigation and revealed that ticket retailers had won almost \$200 million in prizes over the past 13 years – or twice as much as originally estimated. Some of that was undoubtedly the result of fraud. I warned the lottery corporation that if they did not get this problem under control, I would recommend that the ticket-sellers be banned from playing the lottery. Well, in September, the government decided that was a good idea, and as of today, the vendors can no longer buy lottery tickets in their own stores. On top of this, the government has also put the lottery corporation under intense scrutiny for its expense accounts, and it has fired the entire board of directors and CEO. Following up on the theme of our investigation, the Premier has said the government's priority is to protect the public trust in the lottery system.

This lottery investigation has even sparked international changes. The Ombudsman of Iowa in the United States investigated the lottery there and found similar problems with fraud. In California, the state lottery heard about our report and decided to crack down on ticket vendors there – and they have made dozens of arrests. Our investigation has been reported by media around the world.

This has been the other great value of SORT. In the past few years, we have been asked to share out SORT investigations model and our techniques with our ombudsman colleagues in Asia, Africa, Europe, South America and the Caribbean. We are holding our third annual training course later this fall. So far, we have trained more than 150 ombudsman and investigators who have come to Toronto from all over, and I have been invited to speak about SORT and deliver training everywhere from Hong Kong to Ireland to right here in Thailand. It is very exciting to see other ombudsman offices starting up their own systemic investigations and doing their part to improve governance where they live.

To be clear, my office still resolves thousands of individual cases in the traditional way every year. But the addition of SORT investigations has meant that even in those cases, our intervention carries more weight. We have brought our office from an unknown agency on the chopping block to one that is well-known for getting results. We have demonstrated our value, both to the government and to the general public. We've done this with no more resources than we had at the outset – and that's very important as all of our countries work to come out of a global recession.

I believe that this kind of active, effective work is best way to keep the office of the ombudsman relevant in today's world. And I hope I have been able to persuade you that if my office can do it, yours can too.

## SEMINÁRIO SOBRE “ACTUALIDADE E PERSPECTIVAS DA PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO NO SECTOR PRIVADO”



Fotografia colectiva com o Chefe do Executivo e os participantes

O Ministério de Supervisão da China, o Comissariado contra a Corrupção de Macau e a Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong realizaram, conjuntamente, um seminário sobre “Actualidade e Perspectivas da Prevenção e Combate à Corrupção no Sector Privado” que decorreu nos dias 9 e 10 de Novembro, no Grand Ballroom do MGM Grande Macau. O CCAC foi o anfitrião deste seminário, que contou com cerca de 180 participantes, incluindo as delegações das organizações, elementos de organismos de supervisão e representantes de empresas da China continental, Hong Kong e Macau, assim como deputados à Assembleia Legislativa, docentes e investigadores de instituições de ensino superior e de investigação locais.

### O Chefe do Executivo recebeu em audiência as delegações

No dia 9, o Chefe do Executivo, Ho Hau Wah, deslocou-se ao local do seminário para uma audiência com delegações das três partes, tendo salientado o profundo interesse da realização deste seminário e do intercâmbio e cooperação contínuos entre as autoridades de supervisão das três partes. Houve uma fotografia colectiva com o Chefe do Executivo e os participantes. A inauguração do seminário foi presidida pelo Comissário (equiparado a vice-ministro) do Ministério da Supervisão, Zhang Huawei, pelo Comissário da ICAC, Timothy Tong Hin-ming, e pelo Comissário do CCAC, Cheong U, que discursaram no acto.

No seu discurso, Cheong U referiu que, desde o retorno à Pátria e com o apoio das políticas nacionais, Hong Kong e Macau mantêm laços mais estreitos do que antes com a China continental na área económica e comercial. Numa altura em que os planos e as políticas relativos à integração e desenvolvimento de Guangdong, Hong Kong e Macau vêm sendo progressivamente tornados públicos e postos em prática, e tendo presente o papel importante das empresas privadas da China continental e das duas regiões administrativas especiais, o Comissário entende ser agora o momento indicado para que os órgãos contra a corrupção e quadros administrativos de empresas privadas das três partes estudem conjuntamente e troquem ideias com profundidade sobre mecanismos de supervisão, medidas preventivas da corrupção e promoção da honestidade no sector privado.

Zhang Huawei salientou que o Governo Central dá, desde sempre, muita atenção à prevenção e combate à corrupção no sector privado e que, ao longo de muito tempo, foram acumuladas experiências úteis e adoptadas práticas eficazes neste domínio. O responsável do Ministério de Supervisão desejou que os participantes no seminário trocassem ideias com abertura e estudassem com profundidade o reforço do controle da corrupção no sector privado, partilhando práticas e experiências bem sucedidas e procurando soluções eficazes, conjuntamente com todos os participantes.



Cheong U, Zhang Huawei e Timothy Tong Hin-ming, presidindo à cerimónia de inauguração



Chefe do Executivo com os dirigentes das autoridades de supervisão das três partes



Chefe do Executivo com os dirigentes do CCAC e da ICAC



Os dirigentes das autoridades de supervisão das três partes com os oradores

O Comissário da ICAC fez uma exposição sobre a história e a experiência da instituição que dirige relativamente ao combate à corrupção no sector privado. Segundo o Doutor Timothy Tong Hin-ming, a corrupção no sector privado corrói igualmente a sociedade, pelo que a aposta da ICAC é aprofundar as relações de parceria com as instituições privadas e mobilizar as forças das associações empresariais, tendo por objectivo promover esforços conjuntos visando a disciplina e uma boa gestão empresariais. Dado que, no contexto da globalização, a corrupção ultrapassa as fronteiras territoriais, apelou para a cooperação entre dirigentes do sector empresarial e instituições de supervisão das três partes, de modo a melhorar a eficácia da luta contra a corrupção.

### Realização do Seminário como forma de contribuir para a reforma e o desenvolvimento das três partes

O seminário foi dividido em três painéis: “Como o sector privado das três regiões participa, através de promoção da honestidade, no desenvolvimento da Pan-Delta do Rio das Pérolas”,

“Corrupção no sector privado e suas origens constatadas no desenvolvimento das três regiões” e “Práticas e resultados da prevenção e repressão da corrupção no sector privado das três regiões”. Entre os 15 oradores estiveram tanto representantes dos três organizadores como de outras instituições.

### A delegação do Ministério de Supervisão visitou o CCAC

Os quatro elementos do Ministério de Supervisão que participaram no referido seminário, designadamente o Comissário Zhang Huawei, a Subdirectora e o Chefe de Divisão do Departamento de Assuntos Externos, Shao Shuwang e Ming Zhule, e o Subchefe do Grupo Inspector, Sun Weiguo, visitaram o CCAC na tarde do dia 10 de Novembro e estiveram reunidos com os seus dirigentes. O Comissário Cheong U deu a conhecer aos visitantes os resultados alcançados na construção de uma sociedade íntegra em Macau após o seu retorno à China, assim como o tratamento de casos na instituição que dirige. O desempenho do CCAC mereceu elogios de Zhang Huawei. As duas partes acordaram em reforçar, futuramente, o intercâmbio e a cooperação.

A delegação do Ministério de Supervisão esteve ainda na Delegação do CCAC na Areia Preta, tendo demonstrado grande interesse pelas suas instalações e pelas actividades aí promovidas. Relativamente à Sala de Actividades Educativas, o “Paraíso da Integridade”, os visitantes acharam que incutir na juventude o sentido da honestidade e do cumprimento da lei por meios vivos e interessantes é uma prática eficaz.



Delegação do Ministério de Supervisão com os dirigentes do CCAC

## DIVULGAÇÃO DA LEI DE “PREVENÇÃO E REPRESSÃO DA CORRUPÇÃO NO SECTOR PRIVADO”

Numa perspectiva de colaboração no âmbito da lei de “Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado”, que entra em vigor em Março do próximo ano, o CCAC está a implementar a primeira fase de promoção da lei, organizando várias sessões de apresentação.

Em meados de Outubro, o Comissário contra a Corrupção, Cheong U, e elementos do CCAC visitaram a Associação das Empresas Chinesas de Macau e discutiram com a Associação a cooperação para promoção da lei. A par disso, a Adjunta do Comissário, Tou Wai Fong, a Chefe do Gabinete do Comissário, Ho Ioc San, e elementos do CCAC visitaram a Associação Comercial de Macau (ACM) e ambas as partes decidiram realizar uma sessão de apresentação sobre a lei na reunião conjunta do Conselho e do Conselho Fiscal da ACM que teve lugar em 20 de Outubro. No final de Outubro, Tou Wai Fong visitou ainda a Federação das Associações dos Operários de Macau (FAOM). O CCAC e a FAOM concordaram em realizar várias sessões de apresentação e a primeira realizou-se em 13 de Novembro, na Escola Secundária Técnico-Profissional da Associação Geral dos Operários de Macau.

Foram ainda realizadas duas sessões de apresentação em 23 de Outubro e em 6 de Novembro, respectivamente, pelo CCAC e conjuntamente pela Associação de Bancos de Macau (ABM) e pela União das Associações dos Proprietários de Estabelecimentos de Restauração e Bebidas de Macau (UAPERBM), em que a Adjunta do Comissário, Tou Wai Fong, e o Assessor do CCAC, Vu Kai Vai, fizeram uma apresentação, usando exemplos relacionados com os respectivos sectores, a fim de analisar a lei com os participantes e explicar, de forma detalhada, quais as situações que podem constituir crime.



Apresentação da lei pela Adjunta do Comissário na reunião da ACM



Colóquio realizado pelo CCAC e pela ABM, a fim de explicar a lei



Sessão de apresentação realizada pelo CCAC e pela UAPERBM



Sessão de apresentação destinada a sócios da FAOM

Os mesmos dirigentes do CCAC deram a conhecer aos participantes as suas competências, referindo que, a partir de 1 de Março do próximo ano, essas competências, em matéria de investigação e de prevenção contra a corrupção cobrirão, de forma total, os sectores público e privado. Para além disso, deram também esclarecimentos sobre várias matérias da lei, nomeadamente, as condições incriminatórias e agravantes, sobre a definição de concorrência desleal, de deveres funcionais e do crime de corrupção activa e passiva. Ao salientar a importância da prevenção, adiantaram que neste momento o CCAC está a promover um ambiente empresarial pautado pela integridade, tendo por objectivo consciencializar mais o sector privado local para o cumprimento da lei. Os representantes do CCAC sublinharam que o mais importante é reforçar a prevenção para reduzir o risco da ocorrência de infracções. A este respeito, as empresas podem, por exemplo, produzir normas e orientações internas claras (nomeadamente no que diz respeito à conduta dos trabalhadores, tratamento de vantagens oferecidas, procedimentos de aquisições e outra matérias) e aprofundar o conhecimento dos seus quadros administrativos e trabalhadores sobre gestão ética.

## PARTICIPAÇÃO NA 11.ª CONFERÊNCIA DA AOA

Uma delegação do CCAC, composta por cinco pessoas e chefiada pelo Comissário Cheong U, participou na 11.ª Conferência da Associação do Ombudsman Asiático (AOA), que teve lugar entre 2 e 5 de Novembro em Banquoque, Tailândia.

A conferência teve como tema o “Papel do Ombudsman no Processo de Reformas do Sector Público Rumo à Boa Administração”. Representando o CCAC, a Chefe do Gabinete do Comissário apresentou uma comunicação intitulada “Divulgar as Funções do Ombudsman Junto da Sociedade Civil: Experiência de Macau”. Ho Ioc San deu a conhecer as acções e a experiência do CCAC relativamente a essa divulgação e respondeu às perguntas postas pelos participantes, que acharam inspiradora a prática de Macau, designadamente o recurso a meios diversificados na divulgação.

Mais de 70 pessoas, provenientes de 20 países e territórios, estiveram presentes na conferência que durou quatro dias. Os tópicos debatidos foram “Reformas jurídicas visando a boa administração no sistema de prestação de serviços públicos”, “Reformar os sistemas de tratamento de reclamações no sector público”, “Promover o papel da sociedade civil no funcionamento do Ombudsman”, “Salvaguardar os direitos humanos” e “Promover o papel mediador do Ombudsman”.

Acresce que na Reunião Regional Asiática do Instituto Internacional de Ombudsman (IOI), entretanto realizada, o novo Presidente da Comissão Contra a Corrupção e de Direitos Cívicos da Coreia do Sul foi eleito, por unanimidade, Vice-Presidente do IOI para a Ásia, assumindo a vaga surgida pela saída, por razões pessoais, do anterior titular.



Cheong U com o Presidente do IOI (à esquerda) e o Presidente da AOA (à direita)



Ho Ioc San apresentando a comunicação

## PARTICIPAÇÃO NA REUNIÃO DA DIRECÇÃO DO IOI

Em representação do Comissário Cheong U, a Adjunta do Comissário, Tou Wai Fong, participou na Reunião da Direcção do Instituto Internacional de Ombudsman (IOI), em meados de Novembro, em Viena, Áustria, para onde o organismo acabou de transferir a sua sede.

O regulamento do IOI, a indigitação e eleição da sua direcção, a actividade do organismo, estudos regionais e formação foram as matérias discutidas e deliberadas na reunião. Foram apresentados os relatórios de trabalho das seis regiões (África, Ásia, Australásia e Pacífico, Caraíbas e América Latina, Europa e América do Norte), do presidente, do secretário e do tesoureiro. A reunião decidiu criar quatro grupos de trabalho, a quem compete estudar e formular propostas concretas sobre a indigitação e eleição da direcção e sobre alterações ao regulamento do IOI.



Direcção do IOI

## CCAC PARTICIPA PELA PRIMEIRA VEZ NO *WORKSHOP* ANTI-CORRUPÇÃO DA APEC

O *Workshop* Anti-Corrupção da Cooperação Económica da Ásia e do Pacífico (APEC), co-patrocinado pela China e pelos Estados Unidos, decorreu em meados de Outubro em Beijing. “Aplicar os Princípios Anti-Corrupção da APEC e Prevenir os Conflitos de Interesses” foi o tema do *workshop*, com a duração de três dias. Convidado pela primeira vez para estar presente, o CCAC enviou uma delegação de quatro pessoas, chefiada pelo Comissário Cheong U e que integrou também a Adjunta do Comissário, Tou Wai Fong.



Cheong U e Tou Wai Fong com representantes da ICAC de Hong Kong

No encontro, as discussões centraram-se nos princípios anti-corrupção que as economias da APEC devem observar, nomeadamente no que diz respeito a critérios morais e de conduta impostos aos titulares de cargos políticos e aos trabalhadores da função pública, restrições à aceitação de vantagens e prendas, definição e prevenção dos conflitos de interesses. De entre os mais de 150 participantes, estiveram representantes das 21 economias da APEC e representantes e especialistas de outros países e territórios. Foram também convidados oradores para fazer exposições, entre os quais representantes do Banco Mundial e do Banco Asiático de Desenvolvimento.

O Governo da China deu grande importância ao *workshop*. No primeiro dia, o Membro do Comité Permanente do Bureau Político do Comité Central do Partido Comunista e Presidente do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da China, Wu Bangguo, recebeu em audiência os chefes das delegações das economias no Grande Palácio do Povo. O Membro do Comité Permanente do Bureau Político do Comité Central do Partido Comunista e Secretário da Comissão Central para a Inspecção da Disciplina do Partido Comunista da China, He Guoqiang, marcou presença e discursou no *workshop*. Segundo sublinhou, o Governo da China presta muita atenção ao combate à corrupção e está disponível para reforçar o intercâmbio e a cooperação internacional neste domínio com todos os países e territórios do mundo e organismos internacionais interessados.

## CCAC REPRESENTADO NA 6.ª CONFERÊNCIA DOS PROCURADORES-GERAIS DA CHINA E DOS MEMBROS DA UNIÃO DOS PAÍSES DO SUDESTE ASIÁTICO

A 6.ª Conferência dos Procuradores-Gerais da China e dos Membros da União dos Países do Sudeste Asiático (UPSA) realizou-se entre 24 e 26 de Novembro em Hanoi, Vietname. O Adjunto do Comissário, Chan Seak Hou, representou o CCAC na conferência, como membro da delegação da China, chefiada pelo Procurador-Geral da Procuradoria Suprema Popular, Cao Jianming.

“Reforçar a cooperação na assistência judicial mútua em matéria penal para combater efectivamente o crime organizado transnacional” foi o tema da conferência que reuniu cerca de 60 representantes oriundos da China e dos países-membros da UPSA. De acordo com a declaração conjunta aprovada na conferência, os procuradores-gerais afirmaram ser necessária cooperação na luta contra o terrorismo, patrocínio ao terrorismo, tráfico de seres humanos, tráfico de droga, contrabando transfronteiriço, corrupção, lavagem de dinheiro, crimes de alta tecnologia e outros crimes transnacionais. Foi acordado que a China e os países da UPSA deverão melhorar o seu sistema penal, de modo a facilitar a assistência judicial em matéria penal na região, assim como estabelecer um sistema efectivo para esta assistência. Deverão igualmente manter troca de visitas entre os altos quadros das suas procuradorias e reforçar a partilha de informações, tendo por objectivo aprofundar a cooperação e aumentar a eficácia no combate à criminalidade.



Representantes do CCAC na conferência: (a contar da esquerda) o assessor Chao Son U, Chan Seak Hou e o assessor Vu Ka Vai



Chan Seak Hou e Cao Jianming, o chefe da delegação da China

## CCAC LANÇA VERSÃO EXPERIMENTAL DE MATERIAL DIDÁCTICO PARA O ENSINO SECUNDÁRIO

Ao longo dos anos, o CCAC vem-se empenhando na formação de jovens e estudantes honestos. Em 2003, lançou o livro “Honestidade e Integridade”, material didáctico complementar de educação moral destinado aos alunos do 4.º ao 6.º anos de escolaridade, tendo recebido opiniões e comentários de muitos professores. Com base nisso, decidiu produzir, em colaboração com professores de educação moral de várias escolas secundárias, um material versando a honestidade para os alunos do 1.º ao 3.º anos do ensino secundário.



Este material, intitulado “Estudar e Pensar”, tem oito unidades. Agora, numa primeira fase, estão lançadas quatro delas, a saber: “Valor do Dinheiro”, “Honestidade e Rectidão”, “Incorruptibilidade” e “Eleições Limpas”. A primeira pretende consciencializar os jovens, através de actividades e discussões na aula, para a licitude na obtenção e no uso da riqueza; a segunda analisa o bom de ser-se honesto e o preço a pagar pelos actos desonestos; a terceira apresenta casos investigados pelo CCAC e ocorridos no dia-a-dia para esclarecer a importância de uma sociedade íntegra; a quarta concebe actividades em grupo visando a formação do sentido de eleições limpas. As restantes unidades, “Justiça”, “Amizade e Justiça”, “Cumprimento da Lei” e “Responsabilidade e Dever”, serão lançadas mais tarde, numa segunda fase.

O livro vem acompanhado de um conjunto de materiais de apoio, incluindo um manual do professor e um CD-Rom contendo textos, vídeos, recortes de jornais, fichas de trabalho e outros. Os professores podem escolher os elementos dele constantes, conforme as necessidades e para uma melhor eficácia no ensino.

Na produção deste conjunto de material de apoio, Lau Sin Peng e Sin Wai Hang, dois veteranos no domínio da educação local, prestaram apoio à coordenação, colaboração e correcção.

## CONCURSO DE VÍDEOS PUBLICITÁRIOS ANTI-CORRUPÇÃO DE GUANGDONG, HONG KONG E MACAU

O CCAC, a Procuradoria Popular de Guangdong e a Comissão Independente contra a Corrupção de Hong Kong estão a promover conjuntamente um “Concurso de Vídeos Publicitários Anti-Corrupção de Guangdong, Hong Kong e Macau”, que tem como destinatários estudantes do ensino secundário e universitário das três regiões, estando as inscrições abertas até ao dia 22 de Janeiro de 2010.

“A sociedade íntegra começa comigo” é o mote do concurso que tem por objectivo: 1) através de actividades criativas, alertar os jovens para o mal da corrupção e granjear o seu apoio à promoção da integridade; 2) fortalecer o sentido da integridade dos jovens e incentivá-los a participar em campanhas de sensibilização contra a corrupção.

Cada vídeo apresentado deverá ter a duração de 15 a 30 segundos, podendo ser em cantonense ou mandarim. O concurso admite apenas a participação de equipas – devendo cada equipa ser constituída por 3 a 5 elementos – que serão divididas em dois grupos: o do ensino superior e o do ensino secundário complementar. Para cada grupo haverá um 1.º, um 2.º e um 3.º prémios e, de entre as equipas de cada região, será seleccionado um vencedor do “Grande Prémio”. A publicação dos resultados e a entrega dos prémios decorrerão em finais de Julho. Refira-se ainda que para as equipas distinguidas será organizada uma “visita de intercâmbio entre as três regiões”.



## PARTICIPAÇÃO NO SEMINÁRIO SOBRE A EDUCAÇÃO MORAL DA JUVENTUDE

Um Seminário sobre a Educação Moral da Juventude, organizado pela Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong, decorreu a 27 de Novembro na região vizinha. Representando o CCAC, a Chefe do Departamento de Relações Comunitárias, Tang Shu Qing, foi oradora no seminário.

No seminário, ser-se íntegro, ter a inteligência de resistir às tentações e às adversidades e persistir no ideal da justiça e do primado da lei foram destacados como qualidades pessoais importantes. Sob ângulos diferentes, foram trocadas ideias sobre como ajudar os jovens a formar valores correctos. Mais de 400 especialistas e académicos de diversos sectores, directores de escola, assistentes sociais, professores, alunos e pais de Hong Kong estiveram presentes. Foram ainda convidados representantes de instituições da China continental e de Macau. Os participantes discutiram as tendências do seu crescimento, a formação da honestidade e desses valores e a influência que a família, a escola e a comunicação social exercem nesse crescimento.

No seu discurso, Tang Shu Qin deu a conhecer os projectos e a experiência do CCAC na sensibilização da juventude. A diversificação dos meios de sensibilização e a aposta na formação de jovens honestos mereceram comentários elogiosos dos participantes.



Tang Shu Qing (4.º a contar da esquerda), o Comissário da ICAC, Timothy Tong Hin-ming (8.º a contar da esquerda), outros convidados de honra e oradores



Tang Shu Qing discursando

## “SEMANA DA INTEGRIDADE” NA ESCOLA SECUNDÁRIA TÉCNICO-PROFISSIONAL DA AGOM

O CCAC e a Escola Secundária Técnico-Profissional da Associação Geral dos Operários de Macau promoveram conjuntamente, em finais de Novembro, uma “Semana da Integridade” nesta escola, tendo por objectivo sensibilizar mais os alunos do ensino secundário e formar jovens honestos e rectos.

A Chefe do Gabinete do Comissário, Ho Ioc San, e o Director dos Assuntos dos Alunos da escola, Leong Iek Seng, discursaram no acto inaugural da actividade, no auditório deste estabelecimento de ensino. No seu discurso, Ho Ioc San partiu de factos sociais para explicar o valor universal de “Honestidade é uma virtude” e exortou os alunos a dar atenção à formação da sua honestidade pessoal. Os representantes dos alunos cantaram o tema do CCAC, “Consigo ao vento”, e apresentaram a peça de teatro “O sucesso não depende do Céu”, sensibilizando os jovens presentes para a honestidade, enriquecimento lícito e outros valores correctos. O acto inaugural terminou com uma palestra, subordinada ao tema “A honestidade é valiosa”, proferida por um elemento do CCAC, da área da sensibilização, que apelou aos alunos para que sejam corajosos na procura da verdade e na assumpção de responsabilidades.



Ho Ioc San discursando no acto inaugural

No âmbito da “Semana da Integridade”, foram colocados na escola painéis informativos apresentando as funções do CCAC e casos reais por si tratados, permitindo aos alunos conhecer melhor esta instituição e a importância da honestidade. O CCAC produziu ainda jogos educativos, virtuais e em papel, versando a construção de uma sociedade íntegra, para que os alunos reforcem o sentido da honestidade, para além de reflectirem.

## TI PUBLICA ÍNDICE DE PERCEÇÃO DA CORRUPÇÃO 2009

Em meados de Novembro, a Transparência Internacional, organização internacional não governamental contra a corrupção, publicou o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) 2009. Este ano, Macau, com 5,3 pontos, surge no 43.º lugar de entre os 180 países e territórios avaliados, o mesmo lugar que ocupou no ano passado.

De acordo com os resultados divulgados, os cinco países mais transparentes do mundo são a Nova Zelândia, a Dinamarca, Singapura, a Suécia e a Suíça (o terceiro e o quarto obtiveram a mesma pontuação). No *ranking* mundial, Hong Kong ocupa o 12.º lugar (mantendo-se no mesmo lugar do ano passado), a China está classificado no 79.º (contra o 72.º no ano passado) e Portugal encontra-se no 35.º (tendo sido o 32.º no ano passado).

Criada em 1993 e com sede em Berlim, Alemanha, a Transparência Internacional dedica-se à luta contra a corrupção no mundo e tem vindo a desempenhar um papel preponderante nesta área. Hoje, a organização está presente em mais de 100 países.

Desde 1995 que a Transparência Internacional elabora e publica anualmente o IPC, o que geralmente desperta muita atenção na sociedade internacional. Trata-se de um índice composto, elaborado com base em múltiplos inquéritos. Qualquer país ou território, desde que avaliado em três, ou mais, dos inquéritos consultados, é automaticamente incluído no IPC.

*Ranking de alguns dos países e territórios avaliados no IPC 2009*

País/Território	Pontuação	Ranking ásia-pacífico	Ranking mundial
Nova Zelândia	9,4	1	1
Dinamarca	9,3	-----	2
Singapura	9,2	2	3
Suécia	9,2	-----	3
Suíça	9,0	-----	5
Finlândia	8,9	-----	6
Holanda	8,9	-----	6
Austrália	8,7	3	8
Canadá	8,7	-----	8
Islândia	8,7	-----	8
Noruega	8,6	-----	11
Hong Kong	8,2	4	12
Japão	7,7	5	17
Portugal	5,8	-----	35
Macau	5,3	9	43
China	3,6	13	79
Total	-----	32	180

Fonte: Transparência Internacional.

Para mais informações, os interessados podem consultar a página [www.transparency.org](http://www.transparency.org).

## 4.ªS JOGOS DESPORTIVOS DOS AGENTES CONTRA A CORRUPÇÃO DE GUANGDONG, HONG KONG E MACAU

Em meados de Outubro, o CCAC enviou uma delegação aos 4.ªs Jogos Desportivos dos Agentes de Autoridade das Instituições Contra a Corrupção de Guangdong, Hong Kong e Macau, que se realizaram em Hong Kong, organizados pela Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) da região vizinha. O encontro reuniu atletas representando a Procuradoria Popular da Província de Guangdong, o ICAC e o CCAC que disputaram quatro modalidades: basquetebol, ténis de mesa, badminton e bowling.

A cerimónia de inauguração foi presidida pelo Comissário do ICAC, Timothy Tong Hin-ming e contou com a presença do Adjunto do Procurador de Guangdong, Liang Debiao, e do Adjunto do Comissário do CCAC, Chan Seak Hou. No decorrer dos jogos, os atletas procuraram, com resistência, tenacidade e persistência e com espírito de equipa, demonstrar plenamente a sua qualidade competitiva e desportivismo. Finalmente, o CCAC ganhou o primeiro lugar em basquetebol e o segundo em ténis de mesa.

Os jogos são um encontro anual, sendo as três instituições responsáveis alternadamente pela sua realização. Com este evento desportivo, pretende-se criar uma ponte visando o aprofundamento da amizade e comunicação e o fortalecimento da cooperação regional contra a corrupção entre as três instituições e os seus agentes.



Dirigentes das três instituições com os atletas



Visita do Comissário Cheong U à Associação das Empresas Chinesas de Macau (2009-10)



Tenda do CCAC no "Carnaval alegre entre funcionários públicos e cidadãos" (2009-10)



Actividade "Entrar no CCAC", organizada pela Comissão de Sensibilização da UGAM (2009-10)



Palestra sobre integridade realizada para funcionários do Banco Tai Fung no início de funções (2009-10)



Doas palestras sobre integridade e dedicação ao público, realizadas para o pessoal da Direcção dos Serviços de Finanças (2009-10)



Tenda do CCAC no Bazar da Caritas (2009-11)



Há alguma diferença entre os regimes jurídicos que punem a corrupção no sector público e no sector privado?

Da última vez, o Doutor Sabedor explicou ao Quesito o contexto do acto legislativo que alargou as competências do CCAC ao sector privado. Um dia destes, voltou a receber no seu gabinete o rapaz que quis ser esclarecido sobre a nova lei.

Q: Ó Sr. Doutor, há alguma diferença entre os regimes jurídicos que punem a corrupção no sector público e no sector privado?

S: Bem. Resumidamente, o regime relativo à corrupção no sector público regula a transacção entre o “poder público”, em sentido lato, e uma vantagem; o regime contra o fenómeno no sector privado regula a transacção entre um “poder delegado” e uma vantagem em relações privadas.

Q: O regime referente ao sector público já é conhecido, mais ou menos, pela população. Pelo contrário, o regime regulador do sector privado é uma novidade e, em geral, os cidadãos não conhecem muito bem as suas normas. Tome-se como exemplo o caso de comer num restaurante: habitualmente, se ficamos satisfeitos com o atendimento, damos uma gorjeta. Isto constitui ou não uma infracção, com a entrada em vigor da nova lei?

S: Claro que não! Nos termos do diploma, estando vinculado a uma relação de emprego ou de comissão, o empregado ou mandatário que solicitar ou aceitar uma vantagem, ou a sua promessa, como contrapartida de traição aos interesses do empregador ou mandante, comete o crime de corrupção, no sector privado. Ora, isto não é o caso de um cidadão que oferece uma gratificação simplesmente numa manifestação de apreço pelo serviço do empregado. Não comete nenhuma infracção, porque não pediu que, como contrapartida, o empregado actuasse em violação das normas internas da empresa.

Q: Estou a ver.

S: Ou seja, deve haver “troca de benefícios” ou “actuação em violação das normas”. Suponhamos um empregado de um hotel que aceita uma vantagem oferecida por um cliente e, contrariando conscientemente o regulamento interno, promete reservar-lhe um quarto para a época alta ou para um dia de feriado. Pratica uma infracção.

Q: Mas, para que o agente seja responsabilizado ao abrigo do regime jurídico contra a corrupção no sector privado, terá necessariamente que haver uma relação de emprego?

S: Não. No art.º 3.º da lei de “Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado”, “exercendo funções para uma entidade do sector privado” não obriga à existência de uma relação formal de emprego. Basta haver “deveres funcionais” inerentes à representação ou a qualquer outro serviço prestado, como acontece no caso de mandante e mandatário.

Q: Então, tanto a corrupção activa como a corrupção passiva são crimes?

S: Exacto. Ambas são punidas. Quem oferecer vantagem ilícita ao empregado ou mandatário de um terceiro, exigindo-lhe traição aos interesses do seu empregador ou mandante, comete o crime. Ao mesmo tempo, o empregado ou mandatário que aceitar ou solicitar essa vantagem também é incriminado.

Q: Já percebi. Muito obrigado, Dr. Sabedor.



# 廉潔營商 共創雙贏

Um ambiente empresarial íntegro  
beneficia todos.

**2010年3月1日**

**《預防及遏止私營部門賄賂》法律正式生效**

A lei de "Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado"  
entra em vigor a 1 de Março de 2010.



澳門特別行政區廉政公署  
新口岸宋玉生廣場「皇朝廣場」十四樓

Comissariado contra a Corrupção, RAEM

Alameda Dr. Carlos d'Assumpção, Edif. "Dynasty Plaza", 14º Andar - NAPE - Macau

[www.ccac.org.mo](http://www.ccac.org.mo)

☎: 2832 6300